

CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO REF.ª Nº 06_ GPENAPOR_2022
Fornecimento de Viaturas Pick-Up

ENTRE

- ENAPOR -

EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

BOCAR, S.A

SOCIEDADE COMERCIAL DE VEÍCULOS, SERVIÇO, PEÇAS E

ALUGUER DE VIATURAS

CONTRATO DE FORNECIMENTO

Entre

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1. 200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo **Eng.º Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de São Vicente titular do NIF: 121916391, e pelo **Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso de competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada **Primeira Outorgante**;

E

BOCAR, S.A –, Sociedade Comercial de Veículos, Serviço, Pçças e Aluguer de Viaturas, com sede em Achada Grande Frente – Rua principal, em frente ao campo de futebol, com o capital social de 10.000.000\$00 (Dez Milhões de Escudos), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Praia, sob o nº 20262/2011/12/07, titular do NIF: 264695100, legitimamente representada pelo Presidente do Conselho de Administração, **Eng.º Mário Rui Abrantes Amaro** e pelo Administrador Executivo, **Sr. Ronnie Rildo Pimenta Maurício**, adiante designada por **Segunda Outorgante**;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades é de boa-fé e livre vontade firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Fornecimento que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª
(Objeto)

Pelo presente contrato, a Segunda Outorgante compromete-se a fornecer duas viaturas da marca MITSUBISHI L200 CD 4X4 Invite, nos termos referenciados na proposta datada de 19 de Janeiro de 2022.

Cláusula 2ª
(Regime)

1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
2. A Segunda Outorgante compromete-se a fornecer as viaturas da marca MITSUBISHI L200 CD 4X4 Invite, descrito na Cláusula anterior, pelo valor abaixo indicado sem direito a revisão de preços.

Cláusula 3ª
(Preço)

O preço unitário pelo fornecimento das viaturas identificadas na Cláusula anterior é de 3.100.000,00 cve (três milhões e cem mil escudos), totalizando o valor global de 6.200.000,00 cve (seis milhões e duzentos mil escudos), valor esse que deverá ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4ª
(Faturação e Condições de Pagamento)

1. A faturação do fornecimento dos bens será efetuada até ao dia 30 (trinta) do mês subsequente à data do fornecimento.
2. O Adjudicatário emitirá a(s) fatura(s) em nome da Entidade Adjudicante, sendo esta(s) enviada(s) para a sede da ENAPOR, SA, em S. Vicente.
3. O pagamento dos fornecimentos será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias da receção da respetiva fatura.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente

cláusula, a(s) fatura(s) serão pagas através de transferência bancária para a conta a indicar pelo adjudicatário.

5. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), a Entidade Adjudicante deverá comunicar este facto ao Adjudicatário por escrito e no prazo de 3 (três) dias após a receção da respetiva fatura, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. O não pagamento dos valores contestados não vence juros de mora nem justifica a suspensão do fornecimento dos bens por parte do Adjudicatário, devendo, no entanto, a Entidade Adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direito, suspender qualquer dos pagamentos acima referidos, ou quando o Adjudicatário não estiver a cumprir as suas obrigações contratuais.
8. Mediante a prestação de uma caução para adiantamento de preços, e por conta dos fornecimentos a realizar ou de atos preparatórios, será efetuado um adiantamento de até 30% (trinta por cento) do valor contratual.

Cláusula 5.^a
(Prazos e Local de Entrega)

A Segunda Outorgante, obriga-se a Entregar as duas viaturas, em 30 (trinta dias) após a assinatura do presente contrato, no Porto Grande em Mindelo.

Cláusula 6.^a
(Multa por violação do prazo de Entrega)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, ou a terceiros por esta contratados para o fornecimento dos bens, objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:
 - 1.1. atraso no fornecimento de pelo menos uma unidade das viaturas



objeto do presente contrato;

- 1.2. atraso nos prazos parciais vinculativos de execução do contrato;
- 1.3. Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias;
- 1.4. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
2. Caso seja aplicada uma das penalidades nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado aquando da ocorrência do fato gerador.
3. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 15 (quinze) dias a contar da data da receção das respetivas faturas, emitidas pela Primeira Outorgante.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Primeira Outorgante exija uma indemnização por dano emergente.

Cláusula 7.^a
(Dever de boa execução)

A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do presente contrato, às exigências legais e normativas do sector aplicáveis às matérias objeto do contrato.

Cláusula 8.^a
(Inspeção)

1. Realizada a entrega das viaturas objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante procederá, no prazo de 5 (cinco) dias a uma inspeção qualitativa das mesmas, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis.
2. Durante a fase de Inspeção a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização do mesmo através das pessoas que considere devidamente credenciadas para o efeito.



3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada, serão por esta exclusivamente suportados.

Cláusula 9.^a
(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. Após a realização da inspeção referida na cláusula anterior e caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Primeira Outorgante deverá disso informar, por escrito, a Segunda Outorgante.
2. No caso previsto no número anterior a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição do(s) Item(ns), no prazo de 10 (dez) dias, ficando exclusivamente a cargo da Segunda Outorgante quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

Cláusula 10.^a
(Aceitação da Viatura)

1. Caso se venha a verificar a total operacionalidade das viaturas marca MITSUBISHI L200 CD 4X4 Invite no decurso da inspeção referida nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na proposta apresentada pela Segunda Outorgante, deve ser emitido um auto de receção, no prazo 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.
2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade das viaturas MITSUBISHI L200 CD 4X4 Invite, para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a Segunda Outorgante.



Cláusula 11.^a
(Garantia)

1. Com as viaturas marca MITSUBISHI L200 CD 4X4 Invite, a Segunda Outorgante garantirá, sem qualquer encargo para a Primeira Outorgante, a Garantia contra defeitos de Confeção (Fabrico) de 100,000 (cem Mil) Km ou 36 (trinta e seis) meses, o que ocorrer em primeiro lugar, desde que a sua manutenção seja executada em Oficina da Rede Oficial ou Representante local Mitsubishi.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da assinatura do auto de receção;
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros e de casos de força maior.

Cláusula 12.^a
(Documentos)

1. Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente a Proposta apresentada pela Segunda Outorgante no dia 19 de janeiro de 2022 no âmbito do concurso público desencadeado.

Cláusula 13.^a
(Resolução por parte da Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
 - a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
 - b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
 - c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;



- d) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;
- e) Incumprimento pela Segunda Outorgante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- f) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
- g) Se a entrega das viaturas objeto do presente contrato, se atrasar por um período superior a 1 (um) mês da data inicialmente prevista.

Cláusula 14.^a
(Efeitos da resolução)

- 1. Em caso de resolução do contrato por parte da Primeira Outorgante por facto imputável a Segunda Outorgante, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
- 2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
- 3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 15.^a
(Resolução de Litígios)

- 1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
- 2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de S. Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.



Cláusula 16.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação Cabo-verdiana aplicável.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 9 (nove) páginas, é feito em 2 (Duas) vias, sendo uma para cada uma das partes.

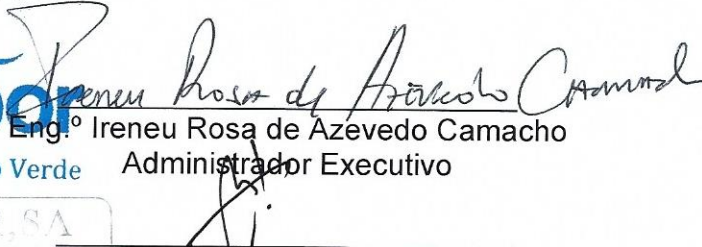
Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de dois e vinte e dois.


A 1.^a Outorgante
ENAPOR, SA



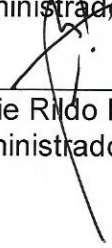
Eng.º Alcídio Nascimento Lopes
Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Administrador Executivo



Eng.º Mário Rui Abrantes Amaro
Presidente do Conselho de Administração



Sr. Ronnie Rildo Pimenta Mauricio
Administrador Executivo